



A certificação orgânica como estratégia de fortalecimento da cadeia do pirarucu de manejo sustentável no Amazonas

Organic certification as a strategy for strengthening the sustainable management chain of pirarucu in the Amazon

SOUZA, Jéssica Pereira¹; ROSSONI, Felipe²; KURIHARA, Leonardo³; GONÇALVES, Ana Cláudia Torres⁴; DIAS, Antônio Adevaldo⁵; ALVARENGA, Fernanda⁶; CAMPOS-SILVA, João Vitor⁷; DIAS, Ecivaldo⁸; CANIZO, Pedro⁹; MORATO, Ramom¹⁰; SANTOS, Bruna De Vita¹¹

¹ Memorial Chico Mendes e Coletivo do Pirarucu, jess_psouza@hotmail.com; ² Operação Amazônia Nativa e Coletivo do Pirarucu, felipe@amazonianativa.org.br; ³ Operação Amazônia Nativa e Coletivo do Pirarucu, leonardo@amazonianativa.org.br; ⁴ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Coletivo do Pirarucu, ana.claudia@mamiraua.org.br; ⁵ Memorial Chico Mendes e Coletivo do Pirarucu, adevaldo13@hotmail.com; ⁶ Coletivo do Pirarucu, negocios.socioambientais@gmail.com; ⁷ Instituto Juruá e Coletivo do Pirarucu, jvpiedade@gmail.com; ⁸ Associação de Produtores Rurais de Carauari e Coletivo do Pirarucu, ecivaldodiasasproc30@gmail.com; ⁹ Federação dos Manejadores e Manejadoras de Pirarucu de Mamirauá, femapam.manejo@gmail.com; ¹⁰ OPAC Maniva, ramomwmorato@gmail.com; ¹¹ Ministério do Meio Ambiente, bruna.santos@mma.gov.br;

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O manejo do pirarucu é uma atividade sustentável e legal que gera múltiplos benefícios socioambientais para comunidades tradicionais na Amazônia. Pesquisas recentes demonstram o potencial do manejo do pirarucu na geração de renda, melhoria da infraestrutura local, equidade de gênero, segurança social e alimentar. Além disso, resulta na autonomia territorial, no aumento da autoestima das populações tradicionais, assegura a manutenção da identidade cultural e reduz a evasão do campo. O Coletivo do Pirarucu, fórum de diálogo que busca fortalecer a cadeia do pirarucu no Amazonas, tem buscado incorporar o manejo do pirarucu selvagem na legislação brasileira de produção orgânica. A certificação orgânica pode agregar valor ao produto, possibilitando o reconhecimento do trabalho dos manejadores extrativistas que tanto se dedicam a essa atividade e uma remuneração mais justa aos envolvidos. Neste trabalho compartilhamos as experiências do Coletivo do Pirarucu na construção dessa estratégia.

Palavras-Chave: arapaima; manejo de recursos naturais; povos tradicionais; economia solidária; comércio justo.

Contexto

O pirarucu (*Arapaima gigas*) é uma espécie amazônica considerada o maior peixe de escamas de água doce do mundo, podendo alcançar 3 metros de comprimento e mais de 200 kg. Entre as décadas de 60 e 80, essa espécie sofreu grande pressão dos pescadores comerciais no estado do Amazonas o que resultou na inserção da espécie na lista da CITES - Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, em 1975. Em 1989 e 1990, o



IBAMA estabeleceu os critérios para a captura, como o tamanho mínimo permitido igual a 1,50 metros e o período do defeso reprodutivo entre 1 de dezembro a 31 de maio (IN nº 34/2004, IBAMA). Porém, essas medidas não foram suficientes para frear o impacto da sobrepesca da espécie no Amazonas e, em 1996, a pesca foi proibida, com exceção do manejo comunitário em áreas protegidas e aquicultura devidamente autorizada (Portaria Ibama nº 8/96).

A sobrepesca do pirarucu, além de reduzir drasticamente os estoques dessa espécie, afetou outras espécies da fauna e flora e colocou em risco a segurança alimentar e os modos de vida de milhares de populações extrativistas e indígenas, que já viviam sob dinâmicas de exploração econômica e social no Amazonas. Para reverter esse cenário de superexploração dos recursos naturais e de insegurança alimentar, pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) se uniram a pescadores tradicionais de pirarucu em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Solimões. Esse grupo passou a estudar e propor estratégias sustentáveis para a recuperação dos estoques pesqueiros que ao mesmo tempo garantisse a segurança alimentar e a geração de renda para as comunidades tradicionais por meio do manejo sustentável do pirarucu.

O pirarucu é uma espécie que necessita subir frequentemente a superfície d'água para realizar as trocas gasosas. Esse fenômeno, localmente chamado de boiada, ocorre em intervalos regulares de 20 minutos. No início dos anos 2000, ribeirinhos e pesquisadores desenvolveram a metodologia de contagem visual do pirarucu, no qual grupos de pescadores experientes se posicionam na beira do lago e realizam as contagens de pirarucus jovens e adultos, utilizando o conhecimento local como ferramenta. Por meio dessa metodologia tradicional-científica foi possível contabilizar com confiança estatística a quantidade de indivíduos da espécie por ambiente aquático e, assim, monitorar os estoques e definir estratégias de conservação.

Portanto, o manejo do pirarucu selvagem é uma metodologia criada, pela combinação do conhecimento tradicional e acadêmico, para oportunizar o acesso e uso desse recurso natural de grande relevância social, econômica e cultural, de forma ecologicamente adequada, economicamente viável e socialmente justa, resultando no aumento de bem-estar, segurança alimentar e autonomia de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Para que o manejo ocorra, a organização comunitária é essencial, envolvendo homens, mulheres, jovens e anciões para trabalhar as etapas de forma coletiva e participativa. A primeira etapa envolve o zoneamento da área e a proteção territorial realizada pelos próprios manejadores e manejadoras de pirarucu. Os moradores das comunidades manejadoras se organizam em rondas e em pontos de vigilância para garantir a proteção dos ambientes aquáticos e a manutenção dos estoques de pirarucu nesses ambientes. Em seguida, é realizada a contagens de indivíduos de pirarucu nesses ambientes, e os dados são enviados ao Ibama para solicitação das cotas de pesca para o ano seguinte, podendo ser aprovada a captura de no máximo



30% do total de indivíduos adultos contabilizados. Após a contagem, é a vez da pesca do pirarucu, que ocorre no período da seca.

Apesar dos múltiplos benefícios gerados por essa atividade, o manejo do pirarucu ainda é pouco reconhecido e valorizado pela sociedade. Os custos envolvidos são muito altos, principalmente relacionados à logística amazônica e à proteção territorial realizada pelos próprios manejadores e manejadoras. Embora a renda total seja expressiva, não é suficiente para remunerar adequadamente os comunitários pelo trabalho do manejo e da conservação ambiental. Uma das iniciativas do Coletivo do Pirarucu para superação dessa invisibilidade e da baixa valorização da cadeia é a busca pela certificação orgânica do pirarucu selvagem. Este relato técnico tem como objetivo descrever os passos dados até então pelo Coletivo do Pirarucu e parceiros para alcançar a certificação orgânica do pirarucu de manejo sustentável no Brasil.

Descrição da Experiência

O Coletivo do Pirarucu é composto por manejadores e manejadoras de pirarucu de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de acordo de pesca, lideranças e associações comunitárias das bacias dos rios Purus, Negro, Juruá e Solimões, instituições de apoio técnico e instituições de governo de diferentes instâncias. Trata-se de um espaço de diálogo acerca do pirarucu de manejo sustentável, cujo objetivo é articular coletivamente estratégias de valorização e fortalecimento da cadeia de valor, buscando soluções para a comercialização justa e solidária do pescado, com base no protagonismo dos povos e comunidades tradicionais envolvidas e garantindo a conservação da biodiversidade e a gestão dos territórios.

Uma das estratégias e conquistas do Coletivo do Pirarucu foi a criação da marca coletiva *Gosto da Amazônia – sabor que preserva a floresta*, que tem como objetivo desenvolver os principais valores defendidos e praticados pelas instituições envolvidas neste processo participativo: a preservação da natureza, comércio justo e transparente e desenvolvimento econômico local e social sustentável. O diferencial da marca *Gosto da Amazônia* é que ela é gerida por uma das organizações de base comunitária que compõem o Coletivo do Pirarucu, a Associação dos Produtores Rurais de Carauari – ASPROC. Esta associação foi criada em 1994 pelo movimento de extrativistas que se fortaleceu para lutar contra um sistema imposto de exploração econômica, social e ambiental na região do Médio Juruá, Amazonas, a 780 Km da capital. Atualmente a associação representa mais de 800 famílias de 55 comunidades ribeirinhas.

A ASPROC tem coordenado o manejo do pirarucu desde 2011 no Território Médio Juruá e, em 2012, foi reconhecida pelo desenvolvimento do “Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário”, tecnologia social premiada pela ODM Brasil, no objetivo de redução da fome, pelo impacto no desenvolvimento sustentável regional e por oportunizar a comercialização justa dos produtos de suas comunidades. Devido a expertise com comercialização e logística dos produtos agroextrativistas e pelo



destaque na mobilização social, foi escolhida estrategicamente para coordenar a marca coletiva *Gosto da Amazônia*. Atualmente, a associação é gestora da primeira Unidade de Beneficiamento de Pescado de uma organização de base comunitária do Amazonas e comercializa por meio desse arranjo coletivo o pirarucu de diversas áreas de manejo do Amazonas para demais regiões do Brasil como Brasília, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Esse arranjo coletivo inclui a parceria com o Sindicato de Bares e Restaurantes que apoia a busca por novos mercados consumidores, enquanto consegue firmar novas praças fora do Amazonas, apresentando além de todo sabor e qualidade do pirarucu de manejo, sua história de impacto para a Amazônia.

Além disso, o corpo de assistência técnica e de pesquisa do Coletivo Pirarucu tem buscado outras estratégias para agregar valor à cadeia do pirarucu e a marca *Gosto da Amazônia* e uma das principais é a certificação orgânica do pirarucu de manejo sustentável. A certificação orgânica além de agregar valor ao produto também possibilitará o reconhecimento do trabalho dos manejadores extrativistas que tanto se dedicam a essa atividade, que tem refletido no aumento nos estoques pesqueiros, na proteção de áreas de grande biodiversidade e no bem-estar das comunidades tradicionais. Além disso, o principal mercado consumidor do pirarucu *Gosto da Amazônia* são as compras institucionais, acessadas via políticas públicas conquistadas com muita luta, relacionadas principalmente à venda para a alimentação escolar, instituições militares e da saúde, entre outras instituições públicas. É regulamentado que nessas políticas, os produtos orgânicos podem receber até 30% a mais do que os produtos convencionais, como forma de fortalecer a agricultura familiar e a produção sem agrotóxicos no país.

Para alcançar a certificação orgânica, o Coletivo do Pirarucu iniciou uma parceria com a OPAC MANIVA, o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica vinculada a Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas. A OPAC é credenciada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e assume a responsabilidade formal pelas diversas atividades desenvolvidas em um Sistema Participativo de Garantia (SPG). O manejo do pirarucu é uma atividade coletiva que se baseia na mobilização e participação comunitária, logo, é um sistema com muitas similaridades e confluências com o SPG, que envolve todos os componentes da rede de produção orgânica para compartilharem responsabilidades sobre a avaliação da conformidade das unidades de produção diante da legislação de agricultura orgânica.

Neste sentido, o Coletivo do Pirarucu foi se articulando com a Rede Maniva de Agroecologia e se inseriu na Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) do estado do Amazonas, instrumento público de grande relevância para o debate e construção de propostas para a agroecologia e agricultura orgânica. Foi a partir desse fórum que se iniciou a tratativa com o MAPA de propor a alteração da Instrução Normativa Nº 17, de 28 de maio de 2009, que se refere a aprovação de normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. O ponto central desse processo foi entre 2020 e 2021, onde o GT do Pirarucu



Orgânico se formou dentro da CPOrg e pode discutir e encaminhar sugestões de alteração da legislação brasileira de produção orgânica de base extrativista para inclusão de produtos de origem animal, possibilitando a certificação do pirarucu de manejo sustentável. A definição da certificação orgânica da produção e da indústria como estratégia de fortalecimento da cadeia do pirarucu está relacionada à busca por mercados consumidores que garantam a remuneração justa do manejador e manejadora de pirarucu da Amazônia.

Resultados

Considerando as práticas ecológicas e sociais que estruturam o manejo do pirarucu, entendemos que esta atividade atende completamente aos quesitos de sustentabilidade, proteção ao ambiente, produção responsável livre de insumos químicos e rastreabilidade e, portanto, se enquadra na classificação de produto orgânico. Além disso, o pirarucu de manejo se coloca como um produto emblemático para a Amazônia com características e arranjos verdadeiramente locais, reforçando a contribuição dos povos da floresta, povos e comunidades tradicionais, na construção da agroecologia e produção orgânica e na conservação e manejo sustentável do meio ambiente.

Nossos principais resultados até agora são nossas articulações institucionais e políticas relacionadas à certificação orgânica. A partir das primeiras articulações o Coletivo do Pirarucu criou o GT de Certificação Orgânica, responsável por acompanhar os processos relacionados à certificação e, debater e propor soluções para a instrumentalização dessa iniciativa. A linha do tempo a seguir (Figura 1) detalha as principais ações relacionadas a governança e incidência política do Coletivo do Pirarucu, Rede Maniva de Agroecologia e CPOrg Amazonas para discutir, propor e oficializar os ajustes da Instrução Normativa nº 17 e possibilitar a certificação orgânica do pirarucu de manejo sustentável. Atualmente, a IN se encontra no MAPA, em diálogo com o Ministério da Pesca e o MMA, para sua validação, mas ainda requer um esforço político de encaminhá-la para aprovação final.

Caso isso aconteça, o pirarucu selvagem de manejo sustentável será o primeiro produto extrativista de origem animal a receber a certificação orgânica. Isso é muito significativo pois reforça a importância do Manejo do Pirarucu para o desenvolvimento da Amazônia. O pirarucu é o modelo de sociobioeconomia amazônica para o mundo, se destacando por ser realizado por meio do protagonismo local com base no desenvolvimento socialmente justo (justiça de reconhecimento, justiça distributiva e justiça processual), ambientalmente sustentável (zoneamento espacial, regras de uso e regulações) e cientificamente subsidiado (monitoramento e constantes avaliações). Por ser uma atividade que possui impacto substancialmente positivo na cultura e na relação harmônica entre os povos e comunidades tradicionais e seus territórios, assegurando a conservação da biodiversidade, aumentando expressivamente os estoques pesqueiros e garantindo a segurança alimentar e a geração de renda aos povos envolvidos,



defendemos que o pirarucu seja um modelo para que outros produtos animais de base extrativista também sejam contemplados pela certificação orgânica.

Pirarucu de Manejo Sustentável

A certificação orgânica como estratégia de fortalecimento da cadeia

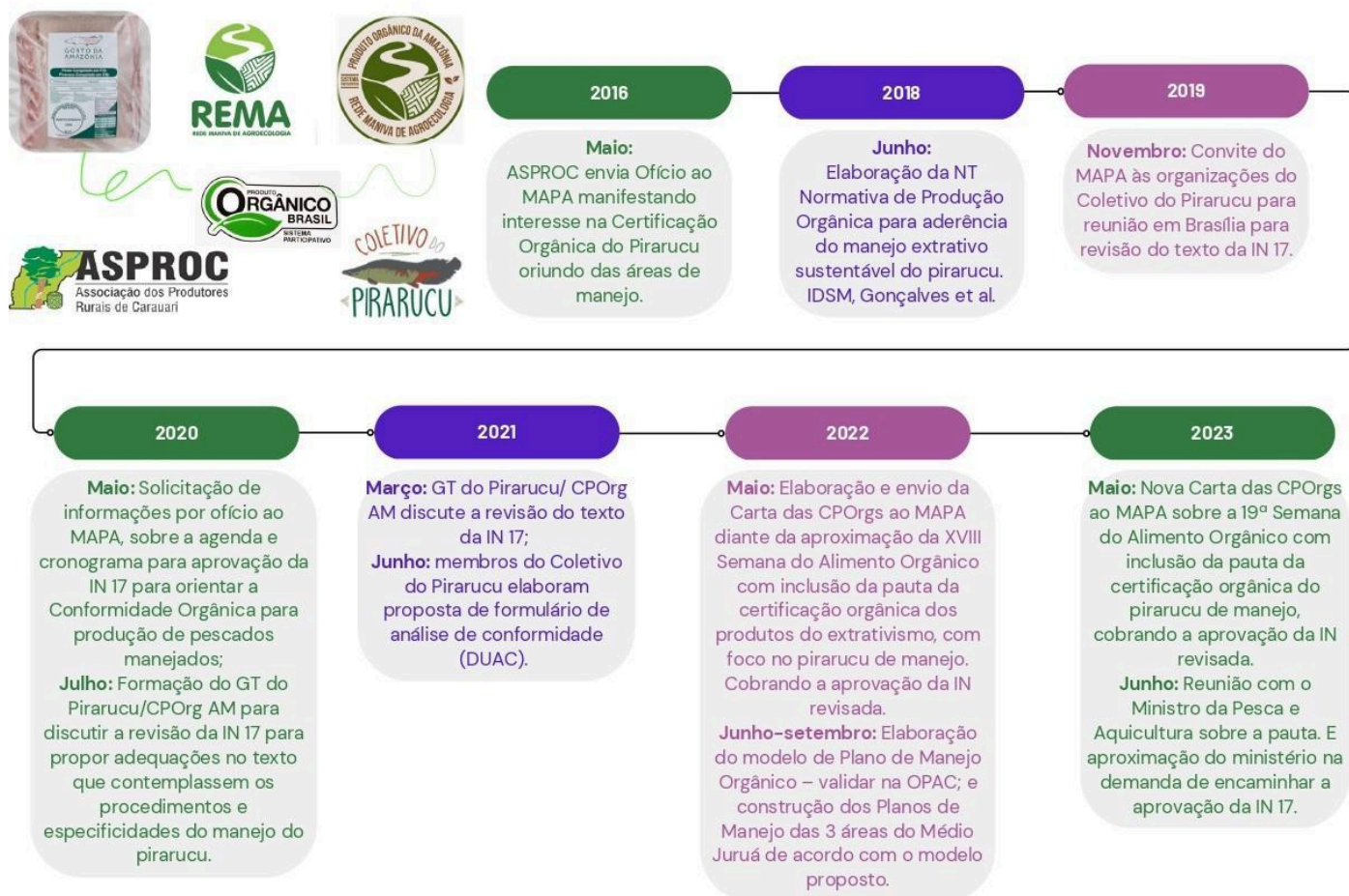


Figura 1. Linha do tempo com a descrição das principais ações do Coletivo do Pirarucu para possibilitar a instrumentalização da certificação orgânica do pirarucu de manejo sustentável.

Agradecimentos

Este relato é fruto de um trabalho coletivo de muitos sujeitos envolvidos no fortalecimento da cadeia do pirarucu de manejo sustentável no Amazonas. Agradecemos aos membros do Coletivo do Pirarucu, aos envolvidos da Rede Maniva de Agroecologia, aos esforços da OPAC Maniva e da CPOrg Amazonas. É por meio dessa rede que representamos esse grupo orgânico e dinâmico na defesa pelas formas sustentáveis de produzir e de consumir.